

Depois da volta: a reintegração profissional e social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em Juiz de Fora (MG)

After the Return: The Professional and Social Reintegration of Brazilian Expeditionary Force (FEB) Veterans in Juiz de Fora, Minas Gerais

Rodrigo Musto Flores*

Resumo: Entre 1944 e 1945, o Brasil participou militarmente do esforço de guerra aliado, enviando à Itália a Força Expedicionária Brasileira (FEB), composta por pouco mais de 25 mil homens, para combater as tropas do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. Embora contraditória no plano político interno, a participação brasileira foi relevante do ponto de vista político-militar, representando um marco na modernização das Forças Armadas nacionais. Considerada uma amostra da sociedade brasileira, a FEB foi majoritariamente composta por indivíduos oriundos das classes trabalhadoras, resultado das dificuldades de recrutamento e da elevada evasão entre membros das camadas mais abastadas. Este artigo tem como objetivo examinar o processo de reintegração profissional de parte dos veteranos da FEB na cidade de Juiz de Fora (MG), os quais, ao retornarem da guerra, enfrentaram o desafio de conciliar suas experiências no *front* com a vida civil, em um contexto marcado pela ausência de políticas públicas efetivas e por uma sociedade despreparada para acolhê-los.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Força Expedicionária Brasileira; reintegração profissional.

* Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com interesse em pesquisas sobre a ditadura militar no Brasil, incluindo o golpe de 1964, as perseguições internas nas Forças Armadas, a anistia dos militares perseguidos, abertura política, memória sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, análises sobre a construção e os usos dados às narrativas de memória, bem como a relação entre as Forças Armadas e a política. Email: rodrigomustoflores89@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2750-2719>.

Abstract: Between 1944 and 1945, Brazil took part in the Allied war effort by sending the Brazilian Expeditionary Force (FEB) to Italy. Comprising just over 25,000 men, the FEB was deployed to fight Axis troops during World War II. Although politically contradictory within the domestic context, Brazil's participation was significant from a political-military standpoint, marking a turning point in the modernization of the country's Armed Forces. Considered a microcosm of Brazilian society, the FEB was largely composed of individuals from working-class backgrounds – a consequence of recruitment challenges and the high rate of evasion among members of the upper classes. This article aims to examine the process of professional reintegration of a segment of FEB veterans in the city of Juiz de Fora (MG), who, upon returning from the war, faced the challenge of reconciling their combat experiences with civilian life in a society unprepared to receive them and in the absence of effective public policies.

Keywords: World War II; Brazilian Expeditionary Force; professional reintegration.

Introdução

O ANO DE 2025 marca os 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, conflito iniciado em setembro de 1939 e concluído seis anos depois, que causou estragos notoriamente maiores do que aqueles provocados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Em um texto já clássico, o historiador inglês Eric Hobsbawm afirma que “não há como compreender o século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam”.¹ A Segunda Guerra Mundial configura-se como um conflito verdadeiramente global que, além de opor militarmente grande parte dos países existentes, demandou um amplo esforço de mobilização de cidadãos-soldados, bem como de recursos econômicos e políticos empregados no esforço de guerra.

Os períodos históricos marcados pela ocorrência da guerra, portanto, determinam cronologias, dividem o tempo histórico e inspiram a elaboração de conceitos e categorias analíticas. Em uma perspectiva de longa duração, que extrapola as análises de Hobsbawm, o historiador britânico John Keegan pontua que a história do mundo é, em grande medida, uma história da guerra. Segundo o autor, boa parte dos Estados existentes se instituiu por meio de guerras de independência ou da ação de estadistas que não hesitaram em utilizar a violência como instrumento para alcançar determinados objetivos. Nessa linha de análise, Keegan questiona a clássica afirmação do estrategista prussiano Carl von Clausewitz, de que o fenômeno da guerra é estritamente político, para destacar que a guerra é, antes, um fenômeno cultural, enraizado em valores estruturais, tradições e rituais, que integrou o cotidiano das diferentes sociedades ao longo do tempo.²

1 HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 30.

2 KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 492.

Ao se propor uma análise sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, diversos autores têm se preocupado com questões que escapam às abordagens estritamente bélicas e estratégicas relacionadas ao emprego de homens em um conflito armado. Buscam, assim, abordar os impactos sociais e culturais decorrentes da mobilização das tropas. Dessa forma, pesquisadores como Francisco César Alvez Ferraz,³ Patrícia da Silva Ribeiro,⁴ Sirlei de Fátima Nass⁵ e Edilan Martins de Oliveira⁶ têm contribuído significativamente para a ampliação dos estudos relacionados à reintegração social e profissional dos veteranos brasileiros, expandindo o campo de investigações sobre a FEB e a Segunda Guerra Mundial no Brasil.

O presente artigo não apenas dialoga com os autores elencados acima, mas tem como objetivo abordar o processo de desmobilização, reintegração profissional e social dos cidadãos-soldados mobilizados para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial, colaborando com análise dessas experiências na cidade de Juiz de Fora (MG). O artigo em questão é parte de um estudo mais amplo e de maior fôlego, concluído no ano de 2019, junto à Associação de Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, sessão Juiz de Fora (ANVFEB-JF), na qual procurei investigar a reintegração social dos veteranos, a formação das associações, bem como a elaboração de uma memória sobre a participação da FEB no município, gerenciada pelas organizações.

Nessa perspectiva, a mobilização de entrevistas e relatos de memória colhidos junto aos veteranos brasileiros não serve à presente análise apenas como dados objetivos, pelo contrário. As entrevistas mobilizadas atestam um processo de construção de uma memória na qual se misturam os elementos subjetivos dessas narrativas, atestando a complexidade das experiências humanas no tempo. Assim, ao resgatar breves falas desses veteranos e seus familiares, tem-se contato com a experiência de vida dessas pessoas, marcadas profundamente pela vivência na guerra e pelas adversidades enfrentadas após o retorno e a desmobilização das tropas.

Assim, os testemunhos apresentam-se como janelas para a apreensão dessas múltiplas histórias de vida e para a análise dos custos humanos da mobilização das tropas para a guerra. É importante ressaltar que os conflitos de natureza militar produzem efeitos que são percebidos muito tempo após o cessar dos combates e o fim dos deslocamentos de tropas. Mortes, invalidez, traumas e estigmas sociais são alguns dos efeitos que podem ser elencados

3 FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000). Londrina: Edel, 2012.

4 RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em luto e luta**: construindo uma memória da FEB. 2013. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História, Políticas e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, 2013.

5 NASS, Sirlei de Fátima. **Legião paranaense do expedicionário**: indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

6 OLIVEIRA, Edilan Martins de. **No front da memória**: as batalhas pelos espólios da Segunda Guerra Mundial em Belo Horizonte (1945-2020). 2021. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021.

para atestar as marcas indeléveis desses conflitos na sociedade em geral – e, sobretudo, na vida daqueles que integraram diretamente o esforço de guerra.

“Você sabe de onde eu venho?”

EM 28 DE JANEIRO DE 1942, ocorreu o rompimento definitivo do Brasil com os países que compunham o Eixo, resultado da aproximação progressiva entre o governo brasileiro e o esforço de guerra norte-americano, especialmente após os ataques japoneses a Pearl Harbor. Esse rompimento diplomático logo despertou reações da Alemanha, e os meses seguintes foram marcados por intensa movimentação de submarinos alemães em águas brasileiras, seguida de ataques a navios de transporte de passageiros e mercantes. Os primeiros ataques ocorreram ainda em fevereiro de 1942 e, durante os seis primeiros meses daquele ano, 14 navios brasileiros foram atingidos. Entre 15 e 19 de agosto, três navios mercantes – *Araraquara*, *Baependi* e *Aníbal Benévolo* – foram torpedeados na costa do estado de Sergipe, resultando na morte de aproximadamente 551 pessoas. Estima-se que, entre fevereiro de 1942 e junho de 1944 (data da última ofensiva registrada), 33 navios brasileiros tenham sido afundados, com um total de cerca de 975 mortos.⁷

Os ataques aos navios brasileiros desencadearam uma série de protestos em diferentes regiões do país. As ruas tornaram-se espaços de manifestações populares que questionavam os reais motivos das ofensivas e exigiam uma posição mais firme do governo.

Atendendo à pressão da opinião pública, o presidente Getúlio Vargas declarou guerra às potências do Eixo em agosto de 1942. Nos meses seguintes, iniciaram-se as negociações para o envio de tropas brasileiras ao *front*. O projeto original previa o envio de um Corpo Expedicionário e uma Força Aérea, totalizando um efetivo de 60 mil homens, equipados, armados e treinados pelos Estados Unidos.⁸

A proposta de envio de tropas militares era entendida pelos ideólogos do Estado Novo como o ingresso definitivo do Brasil no cenário internacional. Conforme Ribeiro, esse argumento foi uma peça fundamental que influenciou positivamente na avaliação do governo e dos setores militares ligados ao projeto político-militar de criação da FEB.⁹ Além disso, a entrada efetiva do país no cenário das grandes potências aliadas expressava o projeto de modernização do Exército Brasileiro, que até então ainda operava sob a influência da doutrina militar francesa, herdada após a Primeira Guerra Mundial, e que se mostrava ineficiente frente ao conflito que se apresentava.¹⁰

O ritmo acelerado das mudanças globais, que exigiam dos envolvidos tomadas de decisão e leitura apurada do contexto geopolítico, interferiam diretamente no cotidiano dos trabalhadores

7 MORAES, João Quartim. A guerra, a FEB e o golpe liberal. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues; GONÇALVES, Leandro Pereira et al. (org.). **Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 117.

8 FERRAZ, op. cit., p. 53.

9 RIBEIRO, op. cit., 51.

10 MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados**: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua, 2010. p. 41.

brasileiros durante o período. Na década de 1940, o Brasil encontrava-se sob um regime ditatorial de caráter personalista, centrado na figura de Getúlio Vargas e, em muitos aspectos, ideologicamente alinhado às potências que almejava combater. Conforme apontou o veterano Boris Schnaiderman, a participação do país na guerra era algo paradoxal: “Não era fácil. Ia-se lutar pela democracia, mas, para efetivá-lo, sair-se-ia de um país submetido à ditadura.”¹¹ A essa aparente contradição somava-se também os diversos problemas socioeconômicos de um país com baixos índices de industrialização, exportador de produtos primários, carente de tecnologias, políticas educacionais e saneamento básico.

É importante destacar que a guerra, entre seu início em 1939 até meados do segundo semestre de 1942, quando os navios brasileiros passaram a sofrer com a ofensiva germânica, era uma realidade distante para a maioria dos brasileiros. Conforme Fortes e Ribeiro, a chegada da guerra ao território brasileiro possibilitou à cúpula do Estado Novo recuperar um discurso nacionalista que reforçava a imagem da fábrica como trincheira, associando o trabalho manual exercido nos espaços de produção à defesa nacional. Nesse contexto, buscou-se construir uma narrativa capaz de mobilizar trabalhadores para o esforço de guerra, sustentada pelo ideário estadonovista de que o acesso a direitos básicos e a uma vida mais digna estava relacionado a um “tributo de sangue” pago à nação.¹²

Paralelamente ao discurso oficial, o cenário interno era marcado por restrições econômicas e pelo racionamento de itens básicos. Como demonstra Cytrynowicz, o conflito foi percebido pelos brasileiros mais pelas iniciativas de mobilização do governo no *front* interno do que pelo envio de militares ao exterior. O autor destaca que as ações do governo federal incidiram diretamente sobre a alimentação da população. A falta de pão, as longas filas para comprá-lo e o uso do gasogênio nos automóveis tornaram-se alguns dos registros de memória mais recorrentes entre aqueles que vivenciaram o cotidiano da guerra na cidade de São Paulo, por exemplo. Além disso, o “pão de guerra” – receita que consistia em dissolver macarrão em água para aproveitar o trigo –, a “sopa de guerra” e a “horta da vitória” foram outras iniciativas que evidenciam as intervenções nos hábitos alimentares da população naquele período.¹³

Todo esse cenário repercutia diretamente na estrutura das Forças Armadas brasileiras, especialmente no Exército. A precariedade dos padrões de recrutamento e de seleção de conscritos, bem como a ausência de infraestrutura, armas e equipamentos, prejudicava o andamento do projeto. Conforme destacou Floriano de Lima Brayner, chefe do Estado-Maior da FEB, as Forças Armadas do Brasil não dispunham sequer dos planos mais elementares para uma eventual participação do país em uma guerra extracontinental da magnitude da Segunda Guerra Mundial.¹⁴

11 SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em surdina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1964. p. 25.

12 FORTES, Alexandre; RIBEIRO, Felipe. Trabalhadores e Segunda Guerra Mundial: debates introdutórios para um dossiê. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 11, p. 11, 2019.

13 CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 52-53.

14 BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Itália**. Rio

Com efeito, as instituições militares brasileiras refletiam as relações de dependência política e econômica entre comandantes e subordinados, herdadas da Primeira República. Em termos de recursos humanos, conforme aponta José Murilo de Carvalho, as praças, em geral, eram recrutadas entre as classes populares, e os oficiais, junto às camadas médias e às elites. Os princípios de hierarquia e disciplina, bem como os mecanismos internos de promoção, que dificultavam o acesso das classes populares aos postos do oficialato, colaboravam para reforçar e confirmar as diferenças sociais.¹⁵ Para muitos brasileiros oriundos das classes trabalhadoras, o ingresso nas Forças Armadas era uma garantia de emprego, alimentação e abrigo, além de representar uma promessa de ascensão social. Por outro lado, o serviço militar também era considerado indispensável para quem quisesse pleitear cargos em empresas públicas ou privadas, à medida que o Certificado de Reservista era um dos documentos principais que atestava que o indivíduo havia cumprido com seu papel de cidadão.

A dificuldade na seleção dos efetivos acabou resultando em um projeto mais modesto em relação àquele esperado. O baixo índice de voluntários, os pedidos de dispensa e os inúmeros subterfúgios seriam os grandes obstáculos entre o audacioso projeto político-militar do Estado Novo e o envio, de fato, de efetivos militares para o combate. Segundo apontou Ferraz, o projeto era selecionar uma “elite” de militares de cerca de 60 mil aptos, dentro de um universo de 200 mil cidadãos convocados. Contudo, o cenário inicial se mostrou um tanto desolador, pois os resultados dos exames físicos e psicológicos revelaram um quadro alarmante de desnutrição, além de doenças crônicas, parasitárias e patologias circulatórias, pulmonares e dermatológicas. O autor destaca que, frente às questões próprias do recrutamento, as normas de realização dos exames de saúde foram amplamente flexibilizadas. Ainda assim, das 107.609 inspeções de saúde realizadas, mais de 23.326 candidatos foram reprovados. Além disso, dentre os pouco mais de 25 mil convocados para a guerra, o número de voluntários foi muito baixo, totalizando pouco mais de mil homens.¹⁶

Com efeito, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), instituída por intermédio de uma portaria ministerial em novembro de 1943, foi, enfim, composta por uma divisão de Exército e um grupo de caça da Força Aérea, totalizando 25.334 homens e mulheres empregados no *front* italiano.¹⁷ Conforme Wagner Camilo Alves, a 1ª Divisão Expedicionária (1ª DIE) foi constituída por unidades espalhadas por quatro regiões militares – 1ª, 2ª, 4ª e 9ª regiões. Os regimentos selecionados para compor a 1ª DIE, ainda conforme o autor, se viram obrigados a aumentar abruptamente os seus efetivos, de mil para cerca de três mil soldados cada um, implementando rapidamente os padrões organizacionais norte-americanos. A solução encontrada

de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 105.

15 CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 1ª reimp. São Paulo: Todavia, 2019. p. 29.

16 Para submeter-se aos exames físicos e psicológicos, os critérios básicos eram: altura igual ou superior a 1,60 metro, peso mínimo de 60 quilos e ao menos 26 dentes naturais. Conforme o autor, a exigência de dentição mínima foi uma das responsáveis pelo elevado número de dispensas. Ver: FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

17 MORAES, João Batista Mascarenhas de. **Memórias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. p. 199.

frente à necessidade de aumento dos efetivos foi a remessa de recrutas pertencentes a outras regiões militares, fator que explica o porquê a FEB, embora formada por apenas uma divisão, foi integrada por militares de todas as regiões do país.¹⁸

A composição social dos militares da FEB ainda é cercada por diversos mitos, frequentemente alimentados por estereótipos que desqualificam os expedicionários. No que se refere aos diferentes perfis desses combatentes – étnico, profissional, físico, nível de instrução e origem geográfica –, a documentação específica permanece escassa. Os registros disponíveis estão, em sua maioria, sob custódia de arquivos militares, os quais ainda impõem significativas restrições de acesso aos pesquisadores. Nesse sentido, a construção de um quadro mais amplo sobre o perfil dos expedicionários brasileiros depende, em grande medida, da utilização de dados amostrais, os quais permitem um levantamento preliminar de suas características, ainda que sujeitos a certas distorções.

Assim, apesar das dificuldades inerentes à formação da tropa, empregada no conflito entre os anos de 1944 e 1945, diferentemente do mito que se constituiu como um dos principais detratores da participação do país na guerra, a FEB não foi constituída por analfabetos raquíticos ou desdentados. Segundo dados recuperados pelo pesquisador César Campinai Maximiano, as tropas enviadas à Itália foram compostas por indivíduos com um nível relativamente elevado de escolarização para os padrões da época. Em um universo amostral de 215 expedicionários pertencentes aos três regimentos que integraram a FEB, 7,0% possuíam formação em nível superior, 23,3% haviam concluído o ensino secundário e 69,7% tinham nível primário.¹⁹ Para grande parte desses militares, o ingresso nas Forças Armadas representava uma oportunidade de ruptura com o cotidiano regular das pequenas cidades.

Em pesquisa recente, Francisco César Alves Ferraz apontou que em relação ao perfil étnico dos brasileiros enviados para a guerra, este era bastante semelhante à base da população brasileira à época. O autor, que comparou os dados do Censo de 1940 com as fichas de reservistas do Depósito de Pessoal da FEB (DP/FEB), apontou que, conforme o censo, cerca de 63,5% da população se autodeclarava branca, enquanto nos documentos do DP/FEB 64,5% dos expedicionários foram descritos como brancos. A proporção é parecida em outros dados, tomando como referência a mesma documentação, assim, entre os indivíduos que se declararam “não brancos” (mestiços e negros), conforme o Censo de 1940, representavam 36,2% do total da população brasileira, já na FEB, essa parcela correspondia a 32,6% do total de expedicionários.²⁰

De acordo com o levantamento realizado por Uri Rosenheck, os conscritos da FEB eram majoritariamente oriundos das regiões Sul e Sudeste do país, que contribuíram, respectivamente,

18 ALVES, Vagner Camilo. **Dos Apeninos à Coreia: o processo decisório da participação militar brasileira em dois tempos**. 2005. Tese (Doutorado em ciência política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

19 MAXIMIANO, op. cit., p. 63.

20 FERRAZ, Francisco Cesar Alves. “Todas as falhas e virtudes desse povo”: considerações sobre a composição racial da Força Expedicionária Brasileira. **Antíteses**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 270, 2020.

com 4.378 e 15.217 militares. Ainda segundo o autor, os estados que mais enviaram contingentes foram aqueles onde estavam sediados os Regimentos de Infantaria (RI). O Rio de Janeiro, sede do 1º RI, contribuiu com 8.036 militares; São Paulo, onde se localiza o 6º RI, enviou 3.889; e Minas Gerais, por sua vez, sede do 11º RI, enviou cerca de 2.947 expedicionários.²¹

A maioria dos conscritos eram pertencentes às classes trabalhadoras, com relativo predomínio de civis recrutados em relação aos militares regulares. Nesse sentido, a vasta maioria dos expedicionários eram trabalhadores urbanos e rurais, empregados, ou funcionários públicos de escalões mais baixos. Conforme Adriane Piovezan, que pesquisou os recrutados paranaenses para a FEB, a maioria desses indivíduos (60%) exerciam profissões urbanas, enquanto 40% trabalhavam no campo, embora o fato de serem trabalhadores rurais não implicasse, necessariamente, residir no campo. Segundo a hipótese da autora, a predominância de trabalhadores urbanos entre os expedicionários obedece a um certo padrão de recrutamento utilizado pelo Exército Brasileiro, dado que os mecanismos de conscrição eram mais frágeis no campo devido à predominância do domínio político e econômico dos grandes proprietários, que protegiam seus empregados da convocação para o serviço militar.²²

Nesse sentido, Frederico Soares Ribeiro destaca que havia uma diversidade muito grande entre as profissões exercidas pelos expedicionários convocados para a FEB. A documentação analisada pelo autor, correspondente a 1.162 certificados de reservistas obtidos junto ao Arquivo Histórico do Exército (AHEx), mostrou que entre os convocados havia agricultores, lavradores, comerciários, profissionais liberais, operários, ferroviários, bancários, funcionários públicos, estudantes, isto é, trabalhadores que subitamente foram obrigados a abandonar suas atividades profissionais e vivenciar um ambiente de rigidez disciplinar militar, mas sem se despir, totalmente, de suas experiências de vida como trabalhadores. Além disso, os certificados revelam dados importantes sobre a faixa etária dos convocados, a maioria dos componentes da FEB tinha entre 19 e 29 anos. Contudo, a dificuldade do processo de recrutamento forçou as instituições militares a convocar reservistas de anos anteriores, assim, nos levantamentos do autor, cerca de 18 convocados possuíam entre 30 e 37 anos.²³

A desmobilização, reintegração profissional e social

A PRINCIPAL PREOCUPAÇÃO do Ministério da Guerra, após a rendição alemã e o fim das hostilidades, era promover a evacuação das tropas brasileiras na Itália da forma mais rápida possível. Com a possibilidade de a FEB integrar missões de ocupação em territórios de

21 ROSENHECK, Uri. Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos. **Militares e política**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-16, jul.-dez. 2008. p. 4.

22 PIOVEZAN, Adriane. **Morrer na guerra**: a sociedade diante da morte em combate. Curitiba: CRV, 2017. p. 64.

23 RIBEIRO, Frederico Soares. Os febianos: experiência, consciência e agência dos trabalhadores brasileiros convocados para a guerra na Força Expedicionária Brasileira - FEB (1943-1945). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 11, p. 5-7, 2019.

nações vencidas descartada,²⁴ restava, portanto, organizar o retorno dos militares, do material bélico e dos equipamentos, além de planejar a recepção dos soldados vitoriosos no território brasileiro – tarefa que demandava tempo, planejamento e estudo, sobretudo devido aos desafios logísticos envolvidos.

Com efeito, uma das grandes questões que marcaram a mobilização de tropas militares para o emprego em cenário de conflito é o retorno desses indivíduos e sua reinserção, tanto no aspecto profissional quanto no social. No Brasil, a política de desmobilização da FEB foi extremamente problemática: a empolgação cívica da recepção organizada pelo Estado Novo no desembarque das tropas na capital federal, bem como as comemorações em menor escala nas cidades dos expedicionários, contrastavam com o fracasso de uma política pública de desmobilização que reincorporasse, de fato, esses indivíduos à vida civil.

Em meados de 1945, o Estado Novo de Getúlio Vargas enfrentava uma crise política. O retorno da FEB era problemático do ponto de vista simbólico e estratégico para o regime, uma vez que a vitória das tropas na Segunda Guerra tornava-se palco de disputas por interesses políticos. As solenidades de recepção dos militares na capital federal, portanto, eram uma estratégia da política varguista para cooptar os símbolos e significados daquela vitória, integrando-os à propaganda oficial. Segundo Maria Helena Capelato, os organizadores da propaganda do regime, sediados no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), utilizavam inúmeras referências imagéticas para a construção de suas narrativas, utilizando uma estratégia voltada às massas para ampliar a base de apoio do governo.²⁵

Embora a figura de Vargas fosse amplamente utilizada para esse fim, a vitória da FEB na guerra convertia os “pracinhas” em símbolos dos ideais de liberdade, democracia e antifascismo, mobilizados contra o próprio governo. Os ideólogos do regime, diante desse impasse, buscavam converter a FEB em um símbolo do Estado Novo, deslocando e reduzindo o impacto simbólico da chegada dos militares. O açodamento com que foram realizados os processos de desmobilização servia para mitigar quaisquer impactos negativos que aquela chegada pudesse gerar para o governo.

Nesse sentido, em uma ocorrência inédita, a desmobilização da FEB ocorreu ainda em território italiano. Os expedicionários, ao desembarcarem no Rio de Janeiro – ou em suas cidades de origem –, já o faziam como ex-militares, portando um certificado de dispensa emitido por uma tipografia na Itália. O veterano Antônio de Pádua Inhan destacou em entrevista uma das principais críticas dos veteranos brasileiros quanto à forma como se deu esse processo: “Eles nos deram baixa na Itália. Nossos certificados foram emitidos na Itália. Nós já viemos para o Brasil como civis.”²⁶ Outro veterano mineiro, Wellington Lacerda, apontou, em suas

24 A CONTRIBUIÇÃO do Brasil para a vitória das Nações Unidas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ed. 108, p. 611, maio 1945.

25 CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 123.

26 INHAN, Antônio de Pádua. **Antônio de Pádua Inhan (depoimento, 2019)**. Entrevista concedida a Rodrigo

memórias, o descaso das Forças Armadas em relação à reintegração dos expedicionários: “Fomos dispensados pelo Exército como bois dentro de um curral: abre-se a porteira e toca-se para fora. Praticamente fomos tocados, sem uma preparação para a vida civil.”²⁷ Além disso, conforme o Aviso nº 2.256, de 21 de agosto de 1945, expedido pelo Ministério da Guerra, os veteranos de guerra foram proibidos de utilizar uniformes ou quaisquer distintivos que remetessem à campanha na Itália²⁸ e de conceder entrevistas ou de exaltar seus próprios feitos.²⁹

Por detrás de todas as expectativas e da euforia manifestada nas ruas de todo o país na chegada dos “febianos” escondia-se uma realidade incômoda. Segundo Ana Amélia Gonzalez Dias, os agora veteranos de guerra haviam deixado suas vilas e cidades rumo a um cenário desconhecido, motivados por convicções políticas, individuais ou coletivas. Muitos pereceram nessa jornada e não puderam concluir o caminho de volta. Para aqueles que retornaram, as tensões da vida política e militar do país repercutiram diretamente na vida pessoal desses indivíduos.³⁰

Após a diluição dos simbolismos associados à vitória na guerra, sobretudo no âmbito profissional, esses veteranos viram-se privados do cumprimento das promessas feitas no período que antecedeu o conflito, atravessando um processo gradual de esquecimento. O retorno à lucidez cotidiana contrastava com as expectativas construídas pelos expedicionários durante a campanha na Itália. Às vésperas do embarque no navio *General Meigs*, que traria o primeiro escalão da FEB de volta ao Brasil, parte dos expedicionários brasileiros foi entrevistada pelos correspondentes do *Diário de Notícias* em Nápoles. Questionado sobre o que esperava do retorno ao país, o sargento paulista Heitor Suizer declarou: “Estou contentíssimo e mais ficarei ao voltar para o meu trabalho na ‘Light’ em São Paulo.” Na sequência, o repórter indagou ao expedicionário sobre a origem de tanta certeza de que seu antigo emprego o aguardava. Ele respondeu: “Pelas leis brasileiras, notadamente as do tempo de guerra, todos os empregados ficaram com seus lugares garantidos.”³¹

A lei mencionada pelo militar paulista era, provavelmente, o Decreto nº 4.902, de 31 de outubro de 1942, expedido pelo presidente Getúlio Vargas após a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo. O dispositivo assegurava ao convocado a manutenção do cargo que ocupava na vida civil, bem como o pagamento de 50% de seu vencimento, ordenado ou salário durante o período em que permanecesse convocado para qualquer encargo de natureza militar. Como eventual punição pelo descumprimento da norma, o decreto previa ainda a aplicação de multa no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) ao empregador, para cada brasileiro

Musto Flores. Juiz de Fora, 10 jun. 2019.

27 LACERDA, Wellington. **[Memórias]**. Acervo pessoal de Wilson Lacerda. Viçosa, 2019.

28 SCHNAIDERMAN, op. cit., p. 211.

29 NÃO poderão dar entrevistas os soldados da F.E.B. A chegada ao Brasil, devem abster-se os militares de exaltar seus próprios feitos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ed. 6960, p. 13, jul. 1945.

30 DIAS, Ana Amélia Gimenez. Soldado da memória: o pós-guerra do Pe. Francisco Eloi de Oliveira, ex-capelão da FEB. **Antíteses**, v. 17, n. 34, p. 574-602, jul.-dez. 2024. p. 12.

31 AGUARDAM ansiosamente o momento de regressar à pátria. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ed. 154, p. 9, 4 jul. 1945.

convocado, podendo inclusive resultar em intervenção oficial no estabelecimento a fim de garantir o cumprimento da lei.³²

A respeito do arcabouço legislativo que rege a desmobilização das tropas militares empregadas em conflitos bélicos, Edilan Martins Oliveira chama a atenção para o fato de que, nos Estados Unidos, a política de desmobilização avançou em relação às falhas da legislação brasileira, sobretudo pelas experiências de combates anteriores à Segunda Guerra Mundial vivenciadas por aquele país. Nesse sentido, destaca-se a instituição, em junho de 1944, de um pacote de leis com o objetivo de garantir a reintegração social e profissional de cerca de 15,4 milhões de soldados americanos desmobilizados, por meio da concessão de empréstimos e da facilitação do reingresso desses indivíduos no mercado de trabalho. Como aponta o autor, o G.I. Bill of Rights assegurava a todos os veteranos, com no mínimo 90 dias de serviço, três direitos básicos: o retorno aos estudos; o acesso facilitado ao crédito e a financiamentos para aquisição de bens; e uma compensação financeira aos ex-combatentes desempregados por até 52 semanas após a desmobilização.³³

Embora existisse no Brasil uma legislação que pudesse servir de base para regulamentar o processo de desmobilização, muitos empregadores, ao serem notificados sobre a convocação de seus funcionários para o serviço militar, optavam por demiti-los antes mesmo do início do cumprimento dessa obrigação. Segundo Sirlei de Fátima Nass, para diversos expedicionários, o retorno à vida civil no pós-guerra foi marcado por promessas não cumpridas, já que os cargos anteriormente ocupados por eles, em empresas privadas de diferentes setores, haviam sido assumidos por outros trabalhadores. Além disso, para parte dos veteranos, a participação na guerra resultou em estigmas físicos – como mutilações e doenças – que os impediam de exercer atividades de subsistência.³⁴

É importante destacar que os percalços mencionados contrastavam com a síntese da própria legislação que regulamenta o serviço militar no país. Segundo Ferraz, a primeira lei que instituiu o serviço militar obrigatório no Brasil foi aprovada em 1874, mas jamais chegou a ser aplicada. Naquele contexto, a pauta da introdução do serviço militar obrigatório estava ligada a um discurso de ampliação da cidadania e o nivelamento das classes sociais, a partir da difusão de valores como a ordem, a disciplina e o patriotismo. Nesse sentido, com a instauração da República, a Constituição de 1891 estabeleceu em seu texto a obrigatoriedade do serviço militar; entretanto, a regulamentação só ocorreu em 1908 e a efetivação em 1916, após as campanhas lideradas pelo poeta Olavo Bilac.³⁵

32 Outra medida expedida pelo Ministério da Guerra que nos auxilia a pensar os meandros da desmobilização da FEB, diz respeito aos convocados ao serviço militar que no momento da mobilização eram estudantes. O Decreto-Lei n. 8019 dispunha sobre os estudantes que em função do serviço na FEB tiveram que interromper os estudos e garantia o retorno do estudante as atividades escolares. Para consulta à legislação completa do ex-combatente, ver: MELLO, Jose Luiz Ribeiro. **Associação dos Ex-Combatentes do Brasil Conselho Nacional**: a legislação do ex-combatente: leis, decretos-leis, decretos, legislação estadual, avisos e portarias. Rio de Janeiro: Expedicionário, 1978. p. 152-153.

33 OLIVEIRA, op. cit., p. 60.

34 NASS, op. cit., p. 58.

35 FERRAZ, op. cit., p. 59.

Dessa feita, a passagem do indivíduo pelas fileiras das instituições militares era lida no âmbito de uma perspectiva de ingresso na vida adulta, inserção na vida profissional e na prática da cidadania. Como afirmou o veterano mineiro José Maria Nicodemos: “O certificado de reservista militar era o principal documento se você estivesse procurando um emprego. O dono do emprego, a primeira coisa que ele fazia era perguntar: ‘Você já serviu ao Exército?’. Se você não tivesse servido, você não arrumava nada.”³⁶

Contudo, as contradições inerentes ao esforço de guerra tornavam-se evidentes quando os veteranos buscavam “descontar o cheque patriótico” e se deparavam com uma sociedade que afirmava valorizar o cumprimento do serviço militar obrigatório, mas lhes fechava as portas, recusando-se a reintegrar profissionalmente aqueles que haviam prestado seu tributo de sangue e retornavam da guerra. Nesse contexto, não foram raros os casos de veteranos que passaram a depender dos auxílios financeiros fornecidos pelas associações e, em alguns casos, a exercer atividades na informalidade. Ana Maria Reis Schreider, filha do veterano Antônio José dos Reis, relatou que o pai, após a guerra, não conseguia se reinserir no mercado de trabalho. Uma das principais memórias que conserva da infância, segundo seu depoimento, é a luta constante do pai, que alternava de ocupação com frequência, sempre na informalidade, até conseguir ser alocado em um cargo público. Como relatou: “Meu pai nunca teve um emprego fixo. Trabalhou como pedreiro, pasteleiro, padeiro e carroceiro. Somente muito tempo depois foi nomeado funcionário dos Correios.”³⁷

O caminho trilhado pelos veteranos de guerra após o retorno era árduo, pois implicava restaurar laços sociais e profissionais que já não eram mais os mesmos. O veterano Antônio Rodrigues Pinto relatou, em suas memórias, que, após a volta, regressou ao trabalho como lavrador na propriedade da família, na zona rural de Juiz de Fora. Após anos de luta por um emprego formal, foi contratado pela Fábrica de Explosivos e Armamentos (FEA), onde permaneceu até a aposentadoria como segundo-tenente do Exército, passando então a receber uma pensão por sua participação na guerra. Entretanto, ironizou, em versos, o valor pago como pensão aos veteranos brasileiros. “Recebo uma pensão do Exército que parece dinheiro de esmola, o que estou ganhando no mês Pelé e Zico ganham numa hora, eu em defesa da Pátria e eles jogando bola.”³⁸

Os depoimentos acima refletem as dificuldades enfrentadas pelos ex-combatentes brasileiros no pós-guerra. Após a volta, a vida normal se sobrepunha à fama de “heróis da pátria”, e os veteranos passavam a pleitear oportunidades de trabalho com quem não havia passado pela guerra. Assim, eram submetidos a situações constrangedoras e ouviam falas irônicas a respeito de sua situação. José Maria Nicodemos relatou que, mesmo portando o Certificado de Reservista, as chances de emprego ainda eram limitadas para os ex-combatentes:

36 NICODEMOS, José Maria da Silva. **José Maria da Silva Nicodemos (depoimento, 2019)**. Entrevista concedida a Rodrigo Musto Flores. Juiz de Fora, 11 jun. 2019.

37 SCHREIDER, Ana Maria Reis. **Ana Maria dos Reis Schreider (depoimento, 2019)**. Entrevista concedida a Rodrigo Musto Flores. Juiz de Fora, 11 jun. 2019.

38 PINTO, Antônio Rodrigues. **Diário de Guerra** – Acervo da ANVFEB-JF.

“O pessoal não gostava de contratar os veteranos. Quando tinha alguma vaga, eles negavam pra gente. Tinha um termo que eles usavam pra falar da gente... como era mesmo? Neurótico. Chamavam a gente de “neurótico de guerra”.³⁹

Essas dificuldades foram vivenciadas em maior ou menor grau por todos os veteranos de guerra brasileiros. Em junho de 1947, no Rio de Janeiro, essas queixas tornaram-se públicas no famigerado “desfile do silêncio”. Na ocasião, mais de três mil ex-combatentes, incluindo feridos e mutilados, reuniram-se e desfilaram pelas ruas da então capital da República para solicitar amparo junto aos poderes públicos, demonstrando o potencial de agência coletiva dos ex-combatentes e de suas associações na condução de ações políticas para chamar a atenção para a situação enfrentada pelos veteranos. Conforme destacou Pedro Paulo Sampaio de Lacerda, então presidente da AECB-DF, o estado de abandono de muitos ex-combatentes resultava em humilhações e privações de toda espécie “provocadas pelas consequências da guerra que se manifestam pela neurose, pela tuberculose e pelo desajustamento de muitos companheiros, muitos dos quais, menos fortes de espírito ou em virtude do mal adquirido, têm sido levados ao suicídio”.⁴⁰

É importante ressaltar que as associações de ex-combatentes cumpriram um papel essencial no processo de reintegração social e profissional, além de ações de assistência material aos veteranos.⁴¹ Em 1947, na cidade de Juiz de Fora, foi fundada a sede da Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB-JF). A organização era estruturada a partir do associativismo desenvolvido no pós-guerra por esses ex-combatentes, buscando manter os laços sociais forjados no conflito e, ao mesmo tempo, assumia um caráter assistencialista. Segundo o registro na ata de fundação da entidade, a AECB-JF atuaria como um polo de valorização do companheirismo vivenciado nos tempos de guerra, de modo que “não ficasse ao relento o nome dos veteranos da Grande Guerra Mundial”.⁴²

As demandas encaminhadas à diretoria da AECB-JF por seus associados refletem as lacunas deixadas pela política de desmobilização e reintegração social da FEB. Conforme registros da própria entidade, a primeira ação coletiva colocada em prática pela agremiação foi a realização de uma coleta com o objetivo de promover auxílio financeiro a dois associados, os ex-combatentes Eleutério de Oliveira e Raimundo Nonato, que receberam as quantias de Cr\$ 95,80 e Cr\$ 45,00, respectivamente. Segundo a ata, esses casos eram apenas dois dentre “muitos outros pequenos casos que, se fossem mencionados, dariam mais de uma centena, sendo que os beneficiados se acham hoje em situação bastante compensadora”.⁴³

39 NICODEMOS, José Maria da Silva. **José Maria da Silva Nicodemos (depoimento, 2019)**. Entrevista concedida a Rodrigo Musto Flores. Juiz de Fora, 11 jun. 2019.

40 PLEITEIAM os ex-combatentes amparo dos poderes públicos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ed. 7564, p. 9, 24 jun. 1947.

41 Os limites desse texto não permitem uma análise de maior aprofundamento do processo de criação dessas associações. Assim, para dados mais completos sobre essas entidades e sua atuação na cidade de Juiz de Fora ver: FLORES, Rodrigo Musto. **O jogo de luz e sombras: os usos e abusos de uma memória sobre a Força Expedicionária Brasileira (1945-2017)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019.

42 ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL DE JUIZ DE FORA. Sede provisória, Avenida Rio Branco, 1.906. Ata nº 2. **Livro de Atas das Reuniões da Diretoria**. Juiz de Fora, 8 maio 1947, Livro nº 1, p. 3.

43 Ibidem, p. 4.

Além da solicitação de ajuda financeira, muitos ex-combatentes recorriam à diretoria das entidades em busca de recolocação profissional. Conforme destacou em ata o presidente da AECB-JF Vianna Júnior, a entidade recebia essas solicitações e encaminhava ofícios para empresas públicas e privadas da cidade. Embora algumas dessas solicitações fossem recusadas, em alguns casos os ex-combatentes conseguiam colocações definitivas ou provisórias em empresas que atuavam na cidade e na região, tais como: a Cartonagem Pio X, a Companhia Mineira de Eletricidade ou a Fábrica de Explosivos e Armamentos (FEA).⁴⁴

As ações coletivas conduzidas pela entidade foram mencionadas à exaustão ao longo das reuniões ocorridas no primeiro ano de existência da associação, reafirmando o caráter assistencial adquirido pela AECB. Assim, na reunião de prestação de contas, realizada pela diretoria da associação em novembro de 1947, destacavam-se casos de recolocação profissional, o auxílio jurídico, os pedidos junto às autoridades militares para atendimento médico e hospitalar, a concessão de auxílios financeiros, o custeio de despesas fúnebres e tratamentos dentários, entre outras formas de assistência.

Foram em primeiro lugar arranjados 48 empregos para Ex-Combatentes, embora não em boas condições, mas que já davam para ir se remediando; 16 comunicados de emergência; 09 Ex-Combatentes não especificados, 02 enterros; 04 Ex-Combatentes no Hospital de Itatiaia (Tuberculose), 06 na Santa Casa; 05 casas para Ex-Combatentes; 11 passagens; 04 dentistas; 36 chapas de RX; 05 curativos; 04 partos; sendo 02 casos gravíssimos.⁴⁵

A partir das ações promovidas pela AECB-JF, observa-se um elevado número de ex-combatentes em situação de vulnerabilidade social, resultado da morosidade na aplicação das leis, o que agravou a condição de muitos veteranos da FEB. Outro problema enfrentado por esses indivíduos – fossem oriundos da zona rural ou urbana – era o desconhecimento da legislação, fator que contribuía para a lentidão na reivindicação de seus direitos no período pós-guerra. Ademais, como indica a presença recorrente de auxílios funerários e hospitalares, a precariedade no atendimento médico acentuava as dificuldades dos que voltaram da guerra com sequelas físicas ou mentais, dificultando ainda mais o processo de reintegração à sociedade.⁴⁶

No que diz respeito aos dados objetivos sobre a trajetória profissional do núcleo de veteranos estudados, os registros ainda são escassos. Em 1984, a Associação Nacional de Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – seção regional de Juiz de Fora (ANVFEB)⁴⁷ –

44 ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL DE JUIZ DE FORA. Sede provisória, Avenida Rio Branco, 1.906. Ata nº 12. **Livro de Atas das Reuniões da Diretoria**. Juiz de Fora, 19 out. 1947, Livro nº 1, p. 15.

45 Ibidem, 2 nov. 1947, Livro nº 1, p. 18.

46 RIBEIRO, op. cit. p. 118.

47 No que se refere à denominação das entidades destinadas a receber os combatentes brasileiros após a guerra, é importante destacar que havia uma distinção entre elas. A **Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB)** foi criada ainda na Itália pelos próprios ex-combatentes e tinha por objetivo reunir todos os envolvidos no esforço de guerra brasileiro, desde aqueles que foram enviados para a Europa até os que permaneceram guarnecendo o litoral, as ilhas ou mobilizados no *front* interno. Em Juiz de Fora, a sede local da AECB foi fundada em 1947 e manteve atividades até 1989. Por sua vez, a **Associação Nacional de Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB)** surgiu em 1963, a partir do **Clube de Veteranos da Campanha da Itália (CVCI)**, e restringia a associação apenas aos que haviam servido na Itália e possuíam o **Diploma da Medalha de Campanha**. Na perspectiva da

publicou uma coletânea de depoimentos de seus associados, coletados entre os anos de 1975 e 1982. A obra intitulada *Histórias de pracinhas contadas por eles mesmos*⁴⁸ é composta por 49 relatos de passagens que marcaram a trajetória dos depoentes durante a campanha da Itália e a partir deles é possível traçar um breve quadro de como esses personagens seguiram a vida após a volta da guerra. Assim, dos 49 veteranos, 21 (42%) declararam ter desempenhado atividades profissionais como civis. Desses, 18 foram licenciados – ou seja, já haviam cumprido o tempo de serviço militar obrigatório e, ao regressarem da guerra, foram dispensados, obtendo o certificado de reservista. Ademais, houve casos de veteranos que eram militares de carreira e que solicitaram a baixa (1) ou foram reformados (2).

Os demais 28 entrevistados (57%) seguiram exercendo a carreira militar, sendo que a fizeram de dois modos distintos: 23 foram reintegrados, ou seja, após cumprirem o serviço militar obrigatório, foram licenciados e solicitaram a reintegração às Forças Armadas, nelas prosseguindo até serem transferidos para a reserva remunerada. Os cinco restantes permaneceram na carreira, ou seja, já eram militares da ativa do Exército e optaram por prosseguir até a transferência para a reserva remunerada.

Entre os 23 reintegrados, 15 (cerca de 65%) retornaram como praças e, ao final da carreira, foram transferidos para a reserva remunerada na condição de oficiais, com patentes de capitão ou major. Os outros oito reintegrados foram incorporados já como oficiais – sendo que apenas dois haviam sido promovidos durante a campanha da Itália, após ingressarem originalmente como praças. Por fim, aqueles que permaneceram na carreira militar sem interrupções representam uma minoria. De acordo com os dados, apenas cerca de 17% do total de entrevistados optou por essa continuidade. Destes, quatro entrevistados permaneceram na carreira como praças, passando à reserva remunerada como oficiais, ao passo que somente um dos entrevistados já era oficial de carreira.

Em meio aos depoimentos, chama a atenção o do soldado Levindo Eloi Vieira, natural de Juiz de Fora (MG). Antes da guerra, ele trabalhava como operário na Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas na mesma cidade. Convocado para o conflito, integrou o 11º Regimento de Infantaria, sediado em São João del-Rei, e embarcou para a Itália em 22 de setembro de 1944. Durante a campanha da FEB, Levindo participou de ações de combate e foi ferido, no dia 3 de março de 1945, por estilhaços de uma granada, enquanto integrava uma patrulha nos arredores da cidade de Gaggio Montano. Evacuado para um hospital de campanha, relata que, após os ferimentos, não pôde mais participar diretamente das frentes de combate, passando a atuar na retaguarda. Levindo Eloi Vieira retornou ao Brasil em 22 de agosto de 1945. Em seu depoimento, destacou que conseguiu retornar ao emprego na Fábrica Mascarenhas, mas afirmou: “Não era o mesmo bom operário de antes, e sim um homem doente, que precisava

ANVFEB, o termo “ex-combatente” era considerado amplo demais, pois englobava um contingente maior de pessoas. Em Juiz de Fora, a ANVFEB foi inaugurada em 1971 e, em 1989, após uma aproximação entre as duas entidades, incorporou a AECB na cidade. Atualmente, a ANVFEB permanece em funcionamento, preservando um importante acervo documental sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial.

48 VIEIRA, Levindo Eloi. *Histórias de “pracinhas” contadas por eles mesmos*. Juiz de Fora, ANVFEB-JF, 1981.

de atendimento psíquico. Por essa razão, fui ‘encostado’ pelo INPS e, posteriormente, julgado incapaz para o serviço militar, sendo reformado com a patente de cabo.”⁴⁹

Se a reintegração profissional já se dava a duras penas, as condições de reintegração social mostraram-se igualmente difíceis. A realidade se impunha de forma ameaçadora e cruel àqueles que ainda alimentavam a ilusão de serem consagrados como heróis. Embora se ateste a existência de propostas de políticas públicas, como a doação de terrenos aos expedicionários⁵⁰ ou o pagamento de pensões mensais às suas viúvas e filhos,⁵¹ tais iniciativas foram pontuais e insuficientes para atender às demandas mais amplas dos veteranos.

Por um lado, o veterano de guerra se via diante da precariedade das políticas públicas de reintegração, por outro, a sociedade civil tampouco estava preparada para acolhê-lo – nem ele, nem o peso dramático das experiências que trazia consigo. Cada um retornava à normalidade como podia, mas reconstruir a vida familiar e social, que seguira seu curso durante a ausência, era um desafio imenso. Como pontuou Boris Schnaiderman em suas memórias, a comida parecia excessivamente temperada em comparação à “boia” insossa da campanha; o colchão, macio demais para corpos acostumados ao chão duro e gelado da Itália;⁵² as piadas, sem graça; os bancos escolares e as aulas, insuportavelmente enfadonhos. E as perguntas – “Você gostou?”; “Quantos alemães matou?”; “Vocês lutaram mesmo?” – expunham a distância intransponível entre o que viveram e o que os outros podiam compreender. Aos olhos de muitos, o ex-combatente surgia como um corpo estranho, um intruso em um mundo que havia seguido sem ele.⁵³

Em meio a experiências de todo tipo, alguns veteranos conseguiram, aos poucos, se readaptar às normas de convívio social, recuperando-se e se reintegrando à sociedade. Estes, constituíram família, escreveram suas memórias e chegaram a tornar-se referências históricas em suas cidades de origem. Contudo, para uma parte considerável do grupo, os louros da vitória secaram dias após o desfile da vitória, ao embarcaram em um trem qualquer. Dessa maneira, não faltaram casos de veteranos que não puderam conviver com suas memórias de guerra e “começaram a beber, sem ter o que fazer, e, sem um trabalho digno, morreram nas sarjetas de sua cidade natal”.⁵⁴

Aos poucos, a busca por relatos e entrevistas se arrefeceu, e a população em geral passou não apenas a duvidar de sua participação na guerra, como também a enxergá-los como aproveitadores. O veterano José Maria Nicodemos relatou um episódio que, à época, o deixou profundamente desconfortável:

Depois da alegria imensa que sentimos na chegada ao Rio de Janeiro, para mim foi tudo decepção. Tem uma história que aconteceu quando eu já era taxista. Um dia, eu parei o táxi num barzinho que tem aqui na Floriano com

49 Ibidem, p. 141.

50 A CÂMARA em resumo. **Folha Mineira**, Juiz de Fora, ed. 00869, p.113, abr. 1950.

51 MAIOR amparo às famílias dos ex-pracinhas mineiros. **Folha Mineira**, Juiz de Fora, ed. 04009, p. 1, 18 maio 1959.

52 SCHNAIDERMAN, op. cit., p. 207.

53 Ibidem, p. 211.

54 LACERDA, Wellington. **[Memórias]**. Acervo Pessoal de Wilson Lacerda, Viçosa, 2019.

a Batista de Oliveira, entrei lá e pedi um pouco de água do filtro. O rapaz me deu, e eu pedi: “Bote um cafezinho pra mim.” Nisso, tinha umas quatro pessoas sentadas e uma delas me conhecia. Apesar de ser mais novo que eu, era meu colega de quando eu ainda era caminhoneiro. Bom, ele levantou-se, me deu um abraço e disse: “Esse é o Zé Maria. Zé Maria esteve na guerra!”. Um dos que estavam lá – você não vai acreditar – disse: “O que é isso? O Zé Maria esteve foi na Itália passeando com nosso dinheiro!”.⁵⁵

O problemático regresso de alguns veteranos se deve a uma somatória de fatores, faltando às autoridades militares e civis um plano mais assertivo de desmobilização das tropas que, assim como a mobilização dos cidadãos-soldados para o combate, merecia maior atenção do poder público. Muito embora o retorno dos soldados da FEB fosse celebrado nos periódicos da época como a vitória da democracia sob o totalitarismo, os veteranos, aos poucos, foram esquecidos pelos poderes constituídos e a luta empreendida por eles em meio à guerra foi sendo ofuscada frente os acontecimentos políticos e sociais do período.

Considerações finais

O PRESENTE TEXTO parte de um esforço para abordar uma parcela das experiências de reintegração profissional e social dos veteranos da Segunda Guerra Mundial no Brasil, procurando demonstrar os contornos desse fenômeno diante de um cenário marcado pelo despreparo em todos os níveis dos setores sociais e políticos envolvidos – sobretudo do Estado, que fracassou em disponibilizar meios e políticas públicas efetivas para os veteranos – e também da sociedade, que não estava preparada para recebê-los além do entusiasmo popular com o fim da guerra, especialmente quando o peso simbólico daquela luta se diluía com o retorno à vida cotidiana.

É importante destacar que os estudos sobre a participação da FEB na guerra têm avançado em profundidade e complexidade, especialmente quando se investigam as trajetórias dos “pracinhas” brasileiros no período pós-conflito e os desafios enfrentados por esses veteranos para se reintegrarem à sociedade civil. As análises que enfatizam a aplicabilidade das leis de amparo aos veteranos, a luta pela empregabilidade, a retomada dos estudos, a busca por atendimento médico e hospitalar, o reatamento dos laços profissionais e sociais, bem como o envolvimento político desses indivíduos e de suas associações, colaboram para abarcar questões fundamentais relacionadas aos custos humanos da participação do Brasil na guerra, para além da história e da memória das grandes ofensivas militares. Além disso, tais análises contemplam a recuperação das vozes e experiências desses sujeitos, a formação e atuação de associações voltadas aos veteranos de guerra, a construção de monumentos e a institucionalização de rotinas comemorativas tanto nessas entidades quanto nos municípios onde atuam, além das disputas em torno da memória da participação da FEB no conflito.

⁵⁵ NICODEMOS, José Maria da Silva. **José Maria da Silva Nicodemos (depoimento, 2019)**. Entrevista concedida a Rodrigo Musto Flores. Juiz de Fora, 11 jun. 2019.

Para alguns desses veteranos, o preço pago por tão memorável participação no “concerto das grandes nações” foi demasiadamente alto. Este estudo, portanto, buscou destacar parte das experiências dos veteranos para além das narrativas laudatórias às instituições militares e à participação no conflito, valorizando aspectos singulares dessas vivências. Após a rápida desmobilização da FEB, esses indivíduos não receberam nada além de seus parcos vencimentos e sofreram uma série de efeitos físicos e psicológicos decorrentes da guerra. As promessas e tratativas para o emprego não foram cumpridas, o que resultou em um aumento substancial de veteranos enfrentando dificuldades financeiras no pós-guerra. Muitos se viam ora empregados, ora desempregados, além de marginalizados, esquecidos e desamparados, frequentemente vivendo em condições precárias, passando noites ao relento em decorrência das experiências vividas durante o conflito.

Dessa maneira, é importante observar que tais experiências também integram um certo conjunto de representações sobre a mobilização da FEB, mas, em geral, são escamoteadas por narrativas predominantemente militarizadas, voltadas à exaltação dos feitos bélicos. As comemorações e festividades militares, assim como a aproximação das associações de veteranos com essas instituições, podem ser entendidas como um subterfúgio diante do desinteresse da sociedade civil em relação a essas vivências. Tratava-se de manter vivo o fervor comemorativo ligado àquela experiência, lutando contra o esquecimento social, sem, contudo, perder de vista os impactos pessoais e sociais que aquelas trajetórias representavam.

Recebido em: 15/05/2025

Aprovado em: 22/09/2025